

Assistência à População

Órgão	Medida	Instrumento Legal	Status
Poder Executivo	Antecipação da 1ª e 2ª parcelas do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS entre 24 de abril e 8 de maio e 25 de maio e 08 de junho, respectivamente.	Medida Provisória	Aguardando publicação
Poder Executivo	Transferência de valores não sacados do PIS-Pasep para permitir novos saques de FGTS.	Medida Provisória	Aguardando publicação
Presidência da República	Antecipação pagamento do abono salarial. A 1ª parcela corresponderá a 50% do valor do benefício devido no mês de abril e será paga juntamente com os benefícios dessa competência; e a 2ª parcela corresponderá à diferença entre o valor total do abono anual e o valor da parcela antecipada e será paga juntamente com os benefícios da competência maio.	Medida Provisória nº. 927, de 22 de março de 2020	Em vigor
Ministério da Cidadania	Reforço do Bolsa Família, com inclusão de mais de 1,2 milhão de beneficiários.	Portaria nº 335, de 20 de março de 2020	Em vigor
Ministério da Cidadania	Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	Portaria nº 330, de 18 de março de 2020	Em vigor
Poder Legislativo	Elevar o limite de renda familiar per capita para fins de concessão do benefício de prestação continuada (BPC). Define que: considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo.	Lei nº 13.981, de 23 de março de 2020	Em vigor
Poder Legislativo	Durante o período de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Lei, será concedido auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos: i) seja maior de 18 anos de idade; ii) não tenha emprego formal ativo; iii) não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, nos termos dos §§ 1º e 2º, o Bolsa Família; iv) cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários mínimos; v) que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e vi) que exerça atividade na condição de: a) microempreendedor individual (MEI); b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social; ou c) trabalhador	Lei nº. 13.982, de 2 de abril de 2020 Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020	Em vigor

Órgão	Medida	Instrumento Legal	Status
	<p>informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até 20 de março de 2020, ou que, nos termos de autodeclaração, cumpra o requisito do inciso IV. Mães que sejam as únicas responsáveis pelo sustento de suas famílias poderão receber até R\$1.200,00 (mil e duzentos reais).</p> <p>O Decreto nº 10.316, de 07 de abril de 2020, regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).</p>		
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Recomenda a redução do teto de juros do consignado, aumento da margem e do prazo de pagamento.	Resolução CNPS Nº 1338 DE 17/03/2020	Em vigor
Poder Executivo	Dispensa, em caráter excepcional, a obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar , desde que cumprida a carga mínima anual estabelecida nos dispositivos legais.	Medida Provisória nº. 934, de 1º de abril de 2020	Em vigor
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Suspende a prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias.	Portaria nº 373, de 16 de março de 2020	Em vigor
ANEEL	Estabelece medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).	Resolução Normativa nº. 878, de 24 de março de 2020	Em vigor
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho	Disciplina a antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente de auxílio-doença ao Instituto Nacional do Seguro Social , de que trata o art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 , e os requisitos e forma de análise do atestado médico apresentado para instruir o requerimento.	Portaria Conjunta nº 9.381, de 6 de abril de 2020	Em vigor
Poder Legislativo	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública , a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.	Lei nº. 13.987, de 7 de abril de 2020	Em vigor

